



CNBB



SSB

6ª Semana Social Brasileira
Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho

MUTIRÃO POR SOBERANIA: AUTONOMIA DEMOCRÁTICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL



CADERNO 3

Coleção Mutirão de Formação

Brasil, 2020

Promoção:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora

Presidente: Dom José Valdeci Santos Mendes

Assessor: Frei Olávio Dotto

Coordenação:

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Conselho Pastoral dos Pescadores

Movimento dos Trabalhadores sem Terra

Movimento pela Soberania Popular na Mineração

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Oliveira

Pastoral Operária

Rede Jubileu Sul Brasil

Serviço Pastoral dos Migrantes

Setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Diagramação: Mateus Leal

Secretaria Executiva: Alessandra Miranda

Organização e formato de conteúdo: Alessandra Miranda

Assessoras de comunicação: Osnilda Lima e Jucelene Rocha

Revisão: Elisangela Dias, Francisco José Correia de Araújo e Jane Greco

Apoio

Misereor

Caritas Alemã

Sumário

- 04** Apresentação
- 07** Soberania nacional e popular
João Pedro Stédile
- 13** Soberania, democracia e desenvolvimento
Celso Amorim
- 19** Indústria Alimentar e o
Triângulo de Quatro Pontas
Marcelo Leal Teles da Silva
- 27** Soberania alimentar
Frei Sérgio Gorgen
- 31** Soberania Nacional
Samuel Pinheiro Guimarães



APRESENTAÇÃO

“Daí que a soberania nacional é então a autonomia, a independência, a dignidade, a altivez que o povo tem sobre a nação”.

João Pedro Stédile

A 6ª Semana Social Brasileira tem a alegria de apresentar e disponibilizar a todas as pessoas mobilizadoras dos mutirões pela vida, o **Caderno 3 – Mutirão por Soberania: Autonomia democrática e desenvolvimento territorial**.

O **Caderno 3** faz parte da **Coleção Mutirão de Formação**, composta por cinco cadernos. São eles:

Caderno 1

Mutirão por Democracia: transformações sociopolíticas e participação social

Este caderno aprofunda sobre o primeiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **democracia** e os temas gerais para reflexão e debate sobre os processos democráticos e de cidadania. São eles: análise de conjuntura; educação popular; religião e política; juventudes; comunicação não violenta; reforma do sistema político e tecnologia.

Caderno 2

Mutirão por Economia: alternativa ao modelo econômico

Este caderno apresenta elementos para o debate sobre o segundo eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **economia**. São eles: economia de Francisco e Clara; modelo econômico na América Latina; Economia Popular Solidária; dívida pública; economia humana e ecológica.

Caderno 3

Mutirão por Soberania: autonomia democrática e desenvolvimento territorial

Este caderno disponibiliza reflexões sobre o terceiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **soberania**. São elas: soberania nacional popular e democrática; desenvolvimento e soberania alimentar.

Caderno 4

Mutirão por Terra, Teto e Trabalho: território, direitos sociais e cidadania

Este caderno apresenta o debate sobre os temas centrais da 6ª Semana Social Brasileira: **terra, teto e trabalho**. São eles: territórios; comunidades tradicionais; direito à cidade; desigualdades; mineração; energia; mulheres e trabalho; questão agrária; racismo; direito à água; encarceramento; Sistema Único de Saúde - SUS; migração e tráfico de pessoas.

Caderno 5

Ecologia Integral: o sagrado e o Bem Viver dos povos

Este caderno aprofunda conteúdos sobre a dimensão da mística e espiritualidade, os povos originários e o sagrado no compromisso com a vida do planeta. São eles: povos indígenas; profecia; espiritualidade; direitos sagrados; bem viver; ecologia e povos da Amazônia.

Os cinco cadernos estão organizados com a intencionalidade política e pedagógica de gerar processos de formação sobre os elementos que estruturam as questões sociopolíticas do país e a dimensão da mística e da espiritualidade presentes nas ações das pastorais e dos movimentos sociais. Os conteúdos tem o formato de artigo ou texto, para ser aprofundado de forma individual e coletiva.

A ***Coleção Mutirão de Formação*** é composta por cinco cadernos, totalizando 39 artigos e textos. A pastoral, movimento social, grupo ou coletivo tem a autonomia para conhecer o material e organizar o melhor caminho para trabalhar os conteúdos, fazendo a escolhas dos assuntos e temas que estão mais presentes nas realidades locais, dentro do planejamento das atividades da 6ª Semana Social Brasileira. A maioria dos artigos e textos trazem as *perguntas geradoras* para o debate e aprofundamento.

Aproveitem! O mutirão começou!



Dedicamos às pessoas engajadas na luta por soberania e direito dos povos decidirem sobre seus territórios e na garantia da segurança e soberania alimentar para todas as pessoas.

Agradecemos pela dedicação e gratuidade das mulheres e homens que compartilham seus saberes neste caderno.

SOBERANIA NACIONAL E POPULAR

João Pedro Stédile*

As confusões de conceitos

Existe muita confusão nos meios populares sobre o significado da expressão soberania nacional. Quando falamos em **nação**, está embutida uma situação em que existem povos, que dominam e vivem num território determinado, que podem possuir diversas origens étnicas e possuem identidades e interesses coletivos comuns no idioma, na culinária, na cultura, na construção de sua sociedade.

Essa nação precisa dominar conhecimentos e tecnologia para conseguir produzir os bens que precisa para sobreviver e ter uma vida cada vez melhor, para todos. Essa nação se utiliza de símbolos que lhe dão identidade comum como a bandeira, os hinos, o esporte preferido, seus próceres, líderes, mártires, etc.

Daí que a soberania nacional é então a autonomia, a independência, a dignidade, a altivez que o povo tem sobre a nação.

Quando o povo perde autonomia e poder sobre seu território e recursos naturais, sua economia (forma de produzir os bens), seu idioma, sua cultura e é dominado por outros interesses, de fora da nação, significa que ele perdeu a soberania, que ele passou a ser colonizado, dependente de outros interesses.

Devemos diferenciar *soberania nacional* de *nacionalismo*. A prática do nacionalismo é uma expressão ideológica chauvinista, dos indivíduos de uma nação e seu povo, que querem ser superiores aos demais povos e nações. As expressões utilizadas pela direita como “*América primeiro*” ou “*Brasil acima de tudo*” são de fato expressões chauvinista, nacionalistas, que não significam soberania. Significam apenas soberba de querer ser diferente e maior do que outros povos.

O governo tem mais de 1.300 membros militares e sofre uma tutela militar.



No planeta terra, todos os seres humanos somos iguais, ainda que somos diferentes na forma de viver, na nossa cultura. Porém a divisão não deve ser pelo nacionalismo. Daí que é importante sempre cultivarmos o internacionalismo. Ou seja, a luta pela justiça social, igualdade e solidariedade entre todos povos do mundo, respeitando-se e colaborando entre si.

Aqui no Brasil temos confusões e preconceitos, também porque durante a ditadura militar, os militares fizeram um discurso, como se somente eles fossem nacionalistas e patrióticos. E isso levou a que muita gente confundisse soberania, nação, pátria, com militarismo. Todos os cidadãos de uma nação devem defendê-la, não apenas quem tem a profissão de militar. E agora está mais clara essa diferença, porque temos um governo colonizado que obedece aos interesses do capital estrangeiro em especial dos Estados Unidos e tem mais de 1.300 membros militares e sofre uma tutela militar. Ou seja, é uma contradição com sua própria profissão que deveriam ser especialistas em defender a nação.

Temos uma situação especial no Brasil, que os capitalistas brasileiros, a chamada burguesia brasileira, nunca foi nacionalista. Nunca defendeu os interesses de toda nação, ou seja, de todo povo. Eles somente pensam em explorar os bens da natureza e explorar os

trabalhadores para aumentar seus lucros, sua conta bancária. E por isso não colocam os interesses do povo, da nação em primeiro lugar. Por isso não tem um projeto nacional de desenvolvimento, como em outros países as burguesias tiveram.

Daí que não podemos contar com essa classe dominante para defender a soberania. Eles defendem o lucro e se subordinam ao capital estrangeiro aos interesses de outros países, para apenas ter seu lucro.

Por isso também, a disputa pelos governos, pelo poder político, está intrinsecamente vinculada à disputa pela soberania. O governo controlando o Estado vai defender que interesses? Do povo, da nação ou apenas dos capitalistas e dos estrangeiros? A defesa da soberania nacional faz parte da luta de classes.

Um governo entregando o Brasil

Agora estamos vivendo uma situação conjuntural muito difícil, com a ascensão do governo Bolsonaro, que defende abertamente a submissão aos interesses dos capitalistas dos Estados Unidos. Prática isso na política externa, na diplomacia, nas alianças da geopolítica e na política econômica sob comando de Paulo Guedes, entregando os destinos da economia para o grande capital internacional.

O grande capital internacional, em especial o capital financeiro tem muito interesse em controlar nossas riquezas, dos bens naturais, (petróleo, minérios, água, florestas.), de nossas empresas ou de serviços públicos. Existem no mundo 14 trilhões de dólares na forma de capital financeiro, dinheiro, que precisa se proteger e se

multiplicar através do controle da produção de bens.

O plano deles, anunciado publicamente, é então entregar ao capital financeiro as 156 empresas estatais brasileiras. Essas empresas são bem administradas e dão muito lucro. Apenas as oito maiores, deram um lucro de 86 bilhões de reais em 2019. E é precisamente esse lucro que querem se apropriar.

Por isso que a luta pela soberania de nosso patrimônio público é uma luta de classes. Esse lucro deve ir para beneficiar todo povo, em políticas públicas, ou distribuído como lucro para os acionistas das empresas que irão controlar?

Os capitalistas querem privatizar os serviços públicos, em especial saúde, educação, abastecimento de água, energia elétrica e transporte. O que deveria ser um direito para todo brasileiro, agora será uma mercadoria. E só pode acessar quem tiver dinheiro, para dar lucro aos privatistas que comprarem.

A última medida do governo entreguista foi fazer um decreto que autoriza as compras estatais do governo federal, em seus editais, serem atendidas por empresas estrangeiras. **Ou seja, o orçamento público, com seus gastos, será disputado pelas empresas estrangeiras, em detrimento das empresas nacionais.**

No conhecimento e na tecnologia também sofremos grandes reveses. Com a entrega da empresa EMBRAER para a Boeing, perdemos o conhecimento da engenharia aeronáutica de produzir aviões. Com o desmonte das empresas pela operação Lava-jato do sr. Moro, nossas empresas perderam conhecimento, tecnologia, e possibilidade de desenvolvimento na construção naval, nas plataformas de petróleo e na construção civil. Com a entrega da base de Alcântara, vamos perder a capacidade, o conhecimento de saber lançar foguetes



para o espaço, ou seja, abrimos mão do conhecimento e pesquisa no espaço sideral.

E agora querem privatizar o SERPRO que é a empresa que armazena todos os dados de todos os brasileiros. Perderemos o controle de todas as informações sobre as pessoas.

A soberania do povo brasileiro corre sérios riscos.

Corremos o risco de não ser mais uma nação, um povo que controla seu território, tecnologia, cultura e conhecimentos. Já perdemos aviação, tecnologia espacial, e agora querem entregar a casa da moeda, os bancos públicos, a caixa, os correios (para a amazona) os aeroportos, as estradas, a energia elétrica (da Eletrobrás e Chesf) e a energia eólica, o Petróleo e também já falam em privatizar a EMBRAPA, que concentra a pesquisa agropecuária.

**Precisamos nos insurgir contra tudo isso, e
construir um novo projeto de nação, que tenha
como base os interesses do povo brasileiro.**

*João Pedro Stedile é formado em economia pela PUC-RS, com pós-graduação na UNAM (México) e membro da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Mutirão por Soberania:

SOBERANIA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: Uma Nota Breve

Celso Amorim*

Em tempos anormais, como os que vivemos, é conveniente buscar os fundamentos. A Constituição Cidadã de 1988 enumera no seu Artigo Primeiro os elementos básicos do Estado brasileiro. O primeiro deles é a Soberania, conceito cujas origens semânticas remontam à Idade Média, mas cuja formulação como instrumento de análise política tem como marco a obra de Jean Bodin “Os Seis Livros da República”, publicada na segunda metade do século XVI. O objetivo de Bodin, em meio às transformações sociais e políticas que caracterizaram a passagem do feudalismo à era moderna, era definir a autoridade incontestável de um Estado em relação a determinado território e sua população. Voltado inicialmente para as monarquias absolutistas, o conceito de soberania passou por adaptações decorrentes das mudanças na sociedade e no próprio corpo político. Uma dessas mudanças – talvez a mais revolucionária - consistiu na noção de “soberania popular”, presente na obra de Jean-Jacques Rousseau, que se popularizou e difundiu mundo afora com a Revolução Francesa, passando a constituir elemento essencial da Democracia.

Até então, na maior parte dos países, o “depositário” do poder soberano era o governante, frequentemente um monarca absolutista. A partir da Revolução Francesa e, em graus diversos, as nações passam a ver no “povo” – e não em uma única pessoa ou um grupo restrito – o detentor da autoridade soberana. Nossa Constituição segue essa doutrina, exposta de forma inequívoca no parágrafo único do Artigo Primeiro: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. A evolução histórica levou também ao enquadramen-

to do conceito de soberania nos preceitos do Direito Internacional. Em um mundo em que a interdependência é um fato inelutável, a ideia de soberania perdeu seu caráter absoluto. A “comunidade internacional”, apesar de estar muito longe de ter-se constituído plenamente, impõe comportamentos em temas sobre os quais, no passado, cabia exclusivamente ao Estado decidir. As normas sobre meio ambiente, direitos humanos, entre outras, são hoje objeto de acompanhamento por organismos internacionais, ainda que estes não disponham da capacidade de *enforcement* que os Estados detêm. Uma exceção importante em relação a essa limitação se refere aos assuntos que afetam a paz e a segurança internacionais, em que a competência do Conselho de Segurança da ONU é reconhecida, embora nem sempre respeitada.

Essa evolução de pouco mais de um século, primeiro com a frágil Liga das Nações e, depois, com o sistema bem mais complexo das Nações Unidas, não retira, contudo, a primazia dos Estados na condução dos negócios (em sentido amplo) internos de cada país. Mesmo quando este é chamado a mudar seu comportamento (em meio ambiente, por exemplo), isso ocorre com base na premissa de que as normas internacionais a que um Estado está submetido foram voluntariamente aceitas. Assim, o conceito de soberania permanece intacto, ainda que dentro de um arcabouço jurídico internacional. A Constituição brasileira não se limita a estipular a “soberania” como princípio fundamental. Ao tratar das relações internacionais, o Artigo 4 enuncia, em primeiro lugar, a “independência nacional” entre os princípios que devem reger nossa inserção no mundo.

Não há conflito entre soberania e respeito a normas internacionais, desde que, como assinalado acima, assumidas de forma voluntária, sem pressões indevidas.

É importante recapitular essas noções elementares para deixar claros alguns preceitos que têm sido objeto da confusão que se tem criado, por ignorância ou de forma proposital, em tempos recentes. Em primeiro lugar, deve ser ressaltado que não há conflito entre soberania e respeito a normas internacionais, desde que, como assinalado acima, assumidas de forma voluntária, sem pressões indevidas. É o caso das regras contidas no Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, os vários tratados e pactos sobre Direitos Humanos, as Convenções da Organização Internacional do Trabalho, entre outras. É descabido, dessa forma, invocar a soberania para descumprir ou relativizar essas regras. A intenção de agir de forma inconsistente com o Direito Internacional já transparecia na decisão, aparentemente anódina, do Chanceler Ernesto Araújo de alterar o nome da Subsecretaria do Itamaraty que trata dos organismos internacionais (incluindo temas como meio ambiente, direitos humanos, migrações etc), que passou a chamar-se Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania. Implicitamente, a ênfase em soberania, neste caso, se inspira em um falso conflito entre esta e o direito internacional. Obviamente, o objetivo era o de menoscobar as normas internacionais às quais o Brasil havia aderido ao longo de décadas.

Se a soberania não conflita com o respeito às obrigações assumidas de forma autônoma pelo país, ela obviamente não se conforma com a subordinação da conduta de um país aos desígnios de potências estrangeiras, quaisquer que sejam. É verdade que, em muitas situações pode, por força da *realpolitik*, ser forçado a aceitar regras ou tomar decisões que, se deixadas somente a seu talante, fossem encaminhadas de forma diversa. Caberá, então, a seus governantes, buscar alterar esse curso de ação valendo-se dos instrumentos que a evolução internacional e a coesão interna vierem a disponibilizar. Um caso típico, que envolveu regras internacionais e leis internas, foi o das patentes farmacêuticas. Em um quadro em que doutrinas livre-cambistas, esposadas pelas grandes potências,

predominavam nas negociações econômicas, o Brasil e outros países em desenvolvimento foram forçados a aceitar regras estritas de propriedade intelectual, durante as negociações da Rodada Uruguai do GATT, concluídas em 1994. Tratava-se do famoso Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio, mais conhecido por sua sigla em inglês, TRIPS. Poucos anos depois, com uma situação internacional mudada por fatores tão diversos como a pandemia da AIDS e a necessidade política de lançar-se nova rodada de negociações comerciais, aguçada pelo ataque às torres gêmeas, o Brasil pôde liderar um movimento que resultou na chamada Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde (*Doha Declaration on Trips and Health*), que abriu importantes exceções àquelas regras rígidas, facilitando, por exemplo, a utilização de licenças compulsórias para a produção de medicamentos mais baratos. O que o episódio mostra é que, mesmo quando um Estado é forçado por circunstâncias a adotar um comportamento ou norma que não desejaria, ele pode *soberanamente* tratar de corrigir as consequências desta decisão imposta, por meios da diplomacia. Seja como for, mesmo quando a pressão externa se tornou difícil de resistir, e o Estado brasileiro foi obrigado a algum tipo de concessão para salvar outros valores ou interesses, ele o fez não por um alinhamento automático com outros Estado, como se tem pretendido agora.

O tipo de aliança, com total subordinação à linha traçada por Washington, proclamada de forma quase passional pelo Presidente Bolsonaro e por seu ministro do exterior, é incompatível com a noção de soberania e seu corolário básico, a “independência nacional”. Até mesmo os governos militares, que se seguiram ao golpe de 1964, compreenderam essa realidade e não permitiram, passados os primeiros anos, que certas decisões essenciais para o Brasil, como as duzentas milhas de mar territorial (afinal consagrada como zona econômica exclusiva), o programa nuclear pacífico, a exploração de recursos naturais, ficassem à mercê de uma outra nação. O mesmo ocorreu com atitudes importantes em política exterior, so-

bretudo a partir de Ernesto Geisel, que, entre outras decisões, reconheceu o governo do MPLA em Angola; permitiu o estabelecimento de escritório da Organização de Libertação da Palestina no Brasil e denunciou o acordo militar com os Estados Unidos. Tal posição contrasta com a linha de ação do atual governo em relação a uma variedade de temas, como a ameaça de intervenção na Venezuela (que contrariaria outros princípios do Artigo 4º da Constituição Federal), a denúncia do Tratado da UNASUL, sem ouvir o Congresso Nacional (que o aprovara), votos na ONU sobre religião, gênero e saúde reprodutiva da mulher, em relação aos quais o Brasil tem adotado as posições mais radicalmente retrógradas do governo Trump. Muitos outros exemplos poderiam ser citados.

Afrontar a soberania popular não é apenas má política; é também uma opção perigosa para os próprios governantes.

Como assinalai no início, soberania nacional se confunde, desde Rousseau e da Revolução Francesa, com soberania popular. Cuidar da educação e da saúde do povo é tão importante quanto resguardar nossas fronteiras. Afrontar a soberania popular não é apenas má política; é também uma opção perigosa para os próprios governantes. Basta olhar para os protestos da população em países como o Chile e o Equador, cujos dirigentes se renderam ao neoliberalismo e ao capital financeiro e agora pagam um alto preço por isso. Mais cedo ou mais tarde, o povo vai buscar de volta os seus direitos. É missão dos dirigentes políticos evitar que milhões de vidas sejam sacrificadas antes que isso ocorra. A Pandemia do coronavírus veio pintar com cores mais dramáticas essa situação crítica. Defender a soberania popular é também defender a soberania nacional no seu sentido mais amplo.

***Celso Amorim** é formado pelo Instituto Rio Branco, escola diplomática do Brasil, possui pós-graduação em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena, na Áustria. Foi ministro das relações exteriores no governo de Itamar Franco e Lula, e ministro da defesa no governo Dilma.

SOBERANIA ALIMENTAR

*Frei Sérgio Gorgen

Soberania alimentar tem a ver com alimentos saudáveis, com cultura, com hábitos alimentares, com sistemas locais, com respeito ao meio ambiente, etc. O Objetivo primeiro e central é a produção de alimentos saudáveis e variados, com qualidade e quantidade necessárias e suficientes, através de sistemas diversificados de produção. Uma nação é soberana, isto é, manda no seu próprio nariz, é dona de seu próprio destino, quando ela tem alimentação suficiente para todo o seu povo comer e ainda estoque para vários anos. Ter comida suficiente e estocada significa Soberania Alimentar. Por isto, o desafio para o Estado Brasileiro é a organização da produção de alimentos através de um sistema que articule a produção diversificada de alimentos saudáveis, visando a alimentação de toda a população com alimentos de qualidade, sustentabilidade dos meios e sistemas produtivos para as atuais e futuras gerações e a distribuição justa e equitativa para o conjunto da população.

O Brasil, mesmo sendo grande exportador de alimentos e grãos, ainda tem em seu território mais de 12 milhões de pessoas famintas, outros tantos milhões que desperdiçam alimentos. Soberania alimentar ainda não foi alcançada e estes fatos demonstram necessidade de mudanças profundas no modelo agrícola vigente. Isto sig-



12 milhões



de pessoas famintas, outros tantos milhões que desperdiçam alimentos.

nifica uma política nacional de produção e distribuição que garanta alimentação:

Suficiente para atender todas as necessidades da população;

Estável para enfrentar anos ou momentos de baixa produção por problemas de clima, com boa política de estoques;

Autônoma com auto-suficiência nacional de alimentos básicos;

Sustentável garantindo o uso permanente de nossos recursos naturais;

Justa e igualitária garantindo o acesso de cada cidadão ao mínimo que uma pessoa precisa para se alimentar bem, tanto em quantidade como em qualidade;

Variedade garantindo uma alimentação equilibrada e nutritiva;

Limpa e saudável, livre de venenos, agrotóxicos, hormônios artificiais, anabolizantes, antibióticos, transgênicos, produzida ecologicamente.

Soberania Alimentar Começa em Casa

Para a família camponesa, soberania alimentar começa em casa, produzindo de tudo para seu próprio consumo, garantindo sua subsistência, não dependendo do mercado para garantir seu auto sustento e excedentes em quantidade e qualidade que contribuam para a soberania alimentar do país.

A produção de alimentos para o consumo familiar é muito importante para as famílias camponesas, pois reduz o custo com aquisição de alimentos no mercado, melhora a qualidade alimentar,

diversifica a dieta da família, além de garantir alimentos livres de agrotóxicos. De modo especial, a horta caseira, plantio de mandioca, feijão, abóboras, batatas, criação de galinhas e ovos, porcos, entre outros, e a plantação de frutíferas contribui com a produção para o auto sustento da família.

Sistemas Camponeses de Produção

O principal meio de garantir Soberania Alimentar são os Sistemas Camponeses de Produção (SCP) que é o contrário de “cadeia produtiva”. A cadeia produtiva prende o agricultor num só produto, vinculado a poucas indústrias e com pacotes prontos. É bom para a indústria e para o capitalista, ruim para as famílias camponesas. A cadeia produtiva é feita para criar dependência.

O conceito e a prática dos Sistemas Camponeses de Produção (SCP) vêm sendo empregados por alguns Movimentos Camponeses, em alternativa ao conceito de cadeia produtiva. Implícito no conceito de cadeias produtivas está a organização da produção de forma integrada ao mercado, dependência do capital financeiro, aumento de fluxos de mercadoria e subordinação ao mercado, emprego de insumos energéticos e materiais externos petrodependentes e deterioração ambiental. Não se trata de uma questão semântica, cada conceito reflete uma lógica de pensar, planejar, organizar e praticar agricultura. Os Sistemas Camponeses de Produção deriva-se de um novo paradigma – ALIMERGIA (Alimento, Meio Ambiente, Energia) - o qual busca integrar de forma justa e ecológica a produção de alimentos, energia, serviços ecossistêmicos e a ocupação popular do território.

Alimergia: Alimento, meio ambiente e energia

Alimergia é uma nova maneira de enxergar agricultura, pecuária e floresta e que procura desenvolver formas de produzir que jun-

tem de maneira combinada a produção de alimentos e de energia com preservação ambiental. A alimergia visa à soberania alimentar e energética das comunidades e dos povos de maneira integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível através de sistemas agrícolas de base ecológica, de modo especial a Agroecologia, o que implica em sistemas diversificados de produção.

É necessário criar meios através de apoio dos governos e da sociedade que garantam que o Brasil produza alimentos, energia renovável, cuide do meio ambiente e reduza a crise do clima que tanto prejudica os agricultores construindo um sistema de produção no campo que equilibre a produção de Alimentos com a Preservação dos Recursos Naturais, com a diversificação dos sistemas de produção agropecuária, combinando com a produção de Energia proveniente da biomassa, do sol, do vento e de pequenos e médios aproveitamentos hidroelétricos, fortalecendo as condições para a soberania energética local e nacional.

Os SCP são sistemas de produção altamente diversificados, que têm como base social as famílias e as comunidades camponesas. Suas principais características são: a integração da produção animal e vegetal (agrícola e florestal); prioridade na produção para o autoconsumo e para o mercado local e regional; preservação dos recursos ambientais estratégicos como água, solo e biodiversidade; combinação de plantios anuais com plantios perenes; utilização, ao máximo, de insumos de origem local, comunitária ou regional. Utiliza os subprodutos de uma produção para a outra, buscando a sustentabilidade geral do sistema pela diversificação da produção. Busca a autonomia genética e tecnológica, e integração de novos conhecimentos e técnicas ao conhecimento já existente, sem deixar que eles desintegram o sistema.

Os Sistemas Camponeses de Produção buscam juntar de forma justa e ecológica a produção de alimentos, energia, serviços ecossistêmicos e a ocupação popular do território. Os SCP podem ser organizados das mais variadas formas possíveis, tendo no bioma sua

base ecológica e na cultura camponesa sua base social, através de novas formas de produção e cooperação, ampliando a autonomia e a liberdade dos camponeses, abrindo novos caminhos para comercialização com as cidades e mudando as formas de do campo se relacionar com as cidades.

Os Sistemas Camponeses de Produção têm como base social as famílias e as comunidades camponesas. Suas principais características são:

- Integração da produção animal e vegetal (agrícola e florestal);
- Prioridade na produção para o autoconsumo e para o mercado local e regional;
- Preservação dos recursos ambientais estratégicos como água, solo e biodiversidade;
- Combinação de plantios anuais com plantios perenes;
- Utilização, ao máximo, de insumos de origem local;
- Utilização dos subprodutos de uma produção para a outra, de modo a buscar a sustentabilidade geral do sistema pela diversificação da produção;
- Busca da autonomia genética e tecnológica e integração de novos conhecimentos e técnicas aos saberes já existentes, sem deixar que eles desintegram o sistema.

Comercialização da Produção Camponesa

A comercialização da produção camponesa é uma necessidade e algo que é feito por todas as famílias camponesas. Há várias

formas de comercialização como feiras, atravessadores, indústrias, exportadores, cerealistas, etc... essas formas de comercialização dependem de um conjunto de fatores como os produtos produzidos, a distância da cidade, o tamanho da cidade, etc.

Atualmente a população enfrenta um conjunto de doenças (diabetes, hipertensão, gastrites, problemas cardiovasculares, obesidade, câncer, depressão) diretamente associadas à alimentação inadequada e contaminada, seja na produção com o uso de agrotóxicos, anabolizantes e antibióticos, seja na indústria com a adição de um monte de produtos químicos para conservar os produtos, e ao mesmo tempo o fantasma da fome volta a rondar milhões de lares brasileiros, seja pela queda da renda destas famílias seja pelo aumento do preço dos alimentos.

Sobre a produção muito se fez e há acúmulos práticos e teóricos para avançar na massificação da produção agroecológica. O maior desafio colocado é o tema da comercialização, com a política de Estado do Programa de Aquisição de Alimentos estava dando bons passos, mas com o desmonte dessa política pela nova governança nacional, há que se buscar outros caminhos. Não há receita, mas é importante compartilhar princípios e experiências que estão sendo feitas.

Primeiro, é importante ter claro que para se ter a totalidade das famílias camponesas fazendo agroecologia e uma política de abastecimento popular massiva, só são possíveis como política de Estado clara, ampla, contundente e abrangente, que tenha como centralidade a pessoa humana e não o capital, portanto, uma política anti-capitalista.

Em segundo lugar, há que se ter clareza da amplitude e do significado do que estamos fazendo, pois estamos provando pela prática que somos capazes de abastecer a humanidade de alimentos saudáveis, que os camponeses são parte do futuro e não resíduo do passado, que produzir alimentos sem agrotóxicos é possível, que romper com a alienação entre quem produz e quem consome, é central.

Assim a comercialização na estratégia política do campesinato,

neste momento histórico vai muito além de simplesmente vender, o processo de comercialização deve cumprir uma função de legitimação do campesinato enquanto produtores de alimentos saudáveis, mas fundamentalmente junto à população urbana que precisa entender a problemática do campo e entrar na luta para defender os camponeses e sua forma de produzir alimentos.

Portanto, produzir alimentos saudáveis, comercializar e consumir alimentos saudáveis devem ser entendidos por todos como um ato político de profunda contestação à ordem, é um enfrentamento direto à lógica agroalimentar promovida pelo capitalismo. E neste sentido a comercialização é a ponte que liga campo e cidade.

O que se está fazendo e se pode fazer:



Nas cidades do interior, nas pequenas cidades: incentivar as famílias a fazerem **feira livre**, debater com igrejas, escolas, sindicatos urbanos, organizações, associações, a importância dos alimentos saudáveis e da feira. Fazer das feiras espaços de formação política sobre os alimentos, luta e resistência camponesa; **Mercados populares** ou **mercearias camponesas** também são importantes mecanismos de comercialização;



Nas cidades regionais tais: potencializar as feiras já existentes e incentivar as famílias que tiverem condições a participar. Pode-se organizar o transporte coletivo da produção, organizar estrutura de armazenamento e distribuição nestas cidades, abrir novos pontos de feira de alimentos saudáveis. A venda de cestas de alimentos, a criação de redes de consumidores de alimentos saudáveis, a criação de mercados populares em parceria com organizações urbanas, abastecimento de restaurantes e cozinhas comunitárias, todas estas são possibilidades. Estas cidades têm mais possibilidades de relação política, e tem-se condições

de atingir uma massa maior de pessoas. Assim, nosso debate político poderá ganhar um eco maior, mas temos que fazer nossa parte, tanto na articulação e no estabelecimento de relação entre os camponeses e suas organizações como na relação direta com o povo consumidor;



Nas capitais e grandes centros: é onde hoje estão mais agudas as contradições do modelo agroalimentar, o centro rico obeso e doente e a periferia convivendo com a falta de alimentos, tendo que fazer opções do que colocar na mesa. Pequenas ações de comercialização poderão gerar um impacto político de grande efeito. Todas as possibilidades de comercialização colocadas acima são viáveis. Exige maior nível de organização e este é o grande desafio no campo e na cidade.

*Frei Sérgio Görgen é frade franciscano, da Ordem dos Frades Menores e dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores e Via Campesina

INDÚSTRIA ALIMENTAR E O TRIÂNGULO DE QUATRO PONTAS

Marcelo Leal Teles da Silva*

Desde a ascensão do capitalismo os alimentos sempre foram utilizados como instrumento de construção hegemônica. Combinando aspectos materiais como fonte de matéria prima para indústria e barateamento da força de trabalho, com seus aspectos simbólicos, para conferir legitimidade, tornando os alimentos um insumo biopolítico de domínio e poder ou de libertação dos povos.

O crescimento da indústria pressupõe a ampliação da oferta de alimentos para que parcelas da população passem a se especializar na atividade de tipo industrial. Numa primeira fase, sob controle britânico, o capitalismo industrial conectou e estruturou rotas alimentares a partir das colônias em vistas de sustentar a expansão industrial dos países centrais. O açúcar jogava papel fundamental como mercadoria e insumo energético aos trabalhadores fabris.

Posteriormente o alimento subsidiado fora instrumentalizado como cimento para alianças e novos mercados, agora sob égide estadunidense, baixando salários em países dependentes e assegurando fidelidade contra as revoluções vermelhas.

Com a ascensão neoliberal os alimentos tornaram-se commodities e amparados por tratados internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC) colocaram em concorrência agriculturas do mundo inteiro. Com a combinação de protecionismo nos países do norte, de capitalismo central, e liberalização nos países do sul, com economias dependentes, institucionalizou-se através da OMC as práticas de dumping levando à quebra de agriculturas do mundo

inteiro e acarretando grandes fluxos migratórios para as cidades.

Cada ciclo de acumulação combina a realização da finalidade auto expansiva do capital e a estruturação política, de poder, através da luta de classes que confere os contornos socioeconômicos, histórico-concretos, em cada região e país do globo.

A expropriação direta de terras e dos recursos territoriais – água, biodiversidade, minérios, infraestruturas e conhecimentos – dos camponeses e povos tradicionais é traço unificador da inserção dos alimentos na cadeia de valorização do capital. Estes cercamentos – ilegais e legais institucionalizados – substituem no tempo e no espaço relações de reprodução socioecológicas duradouras pela efêmera utilização dos recursos naturais pelos processos mundiais de acumulação.

Atualmente, a indústria alimentar prepara um novo ciclo que mantém características dos processos anteriores com a incorporação de novas demandas emergidas das lutas socioambientais. Uma apropriação seletiva que busca construir uma fachada e dar um verniz sustentável a indústria alimentar.

**A estratégia da indústria alimentar mundial
está baseada no triângulo facínora de alimentos
orgânicos para os ricos, transgênicos e agrotóxicos
para os pobres e fome aos miseráveis.**

A nova etapa de instrumentalização dos alimentos no pacto de riqueza e poder transnacional se apropria do ambientalismo de consumo que se satisfaz com a compra de alimentos orgânicos caros, com belas embalagens e selos que escondem os rastros de injustiça social e destruição ambiental praticados pelas empresas em outras linhas de produção e regiões do globo. A gourmetização da alimentação é a face culinária desta ponta do triângulo que alimenta o cará-

ter fetichista do consumo tornando os bem intencionados abastados em felizes hipócritas sem engajamento social transformador. Nesta ponta reside o perigo da cooptação do movimento ambientalista ligados a agricultura orgânica que passa a cumprir papel funcional a acumulação de capital.

Aos pobres a subnutrição e a obesidade.

Numa outra ponta as mesmas indústrias promovem o agronegócio e a agricultura latifundiária através dos alimentos transgênicos, agrotóxicos e da agroindústria dos alimentos ultraprocessados distribuídos aos pobres através das redes fast food, junk food, hipermercados e, dentro em breve, por abençoados programas de caridade promovidos por políticos e religiosos comprometidos com o lucro industrial. Aos pobres a subnutrição e a obesidade.

A terceira ponta do triângulo é o resultado do alimento como mercadoria: lucro para alguns e fome para bilhões de pessoas. É a fome como um aspecto estrutural das sociedades capitalistas, que diferente das crises de escassez das sociedades anteriores, a fome passa a ser fabricada pelos homens contra os homens, como afirmava Josué de Castro.

A estruturação deste triângulo de acumulação encontra limites de ordem ecológica e pode, igualmente, a depender da configuração das lutas de classes encontrar limites sociais e políticos.

O limite ecológico está que a indústria transnacional, incluindo a alimentar, produziu uma radical e massiva separação entre as fontes de matérias-primas e os processos de produção, distribuição e consumo. Esta falha metabólica, como conceituou o velho Marx, interrompe a ciclagem de materiais e só pode ser suportado pelo aumento progressivo da exploração da energia fóssil e minerais nutrientes. A intensificação deste modelo só fará aumentar a emissão de gases do efeito estufa, o aquecimento global e as mudanças climáticas.

O complexo industrial transnacional, contudo, não vai à auto li-

quidação. É impelido pelo lucro a auto expansão, e caminha na metafísica do valor ao infinito.

O primeiro limite, de ordem ecológica, só pode se resolver substantivamente se combinado a um renovado movimento social e político internacional capaz de indissociar a crítica a exploração humana à destruição da natureza como faces e resultado de um mesmo processo e colocar como tarefa histórica a solução de ambos desafios nos marcos da construção de um socialismo profundamente ecológico, radicalmente democrático e antipatriarcal.

As lutas camponesas e dos povos tradicionais representam uma incômoda ponta que ultrapassa os planos da indústria alimentar. Plataformas sociopolíticas como o Plano Camponês – Soberania Alimentar, Reforma Agrária e Agroecologia – pode não apenas ser uma trincheira de resistência para os camponeses, mas indicar o ponto de partida prático para um nova via de desenvolvimento do campo que supere indústria alimentar, redistribua a população no espaço geográfico e indique soluções para prosperidade no que tange o abastecimento alimentar, fibras, energias renováveis e preservação ambiental, criando bases para o desenvolvimento de sistemas campo-cidade numa era pós energia fóssil.

***Marcelo Leal Teles da Silva**, engenheiro Agrônomo, militante do Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e Via Campesina

SOBERANIA NACIONAL

Samuel Pinheiro Guimarães*

- (1) A Constituição de 1988 determina, em seu Artigo 1º, que o primeiro fundamento do Brasil como Estado Democrático de Direito é a soberania.
- (2) A soberania é o direito de um povo independente determinar sua organização política, sua organização econômica, sua organização militar e sua organização social de acordo com seus objetivos de desenvolvimento, de democracia, de direitos para todos, sem interferência externa.
- (3) O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição declara que todo o Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes ou diretamente.
- (4) O Executivo, o Legislativo e o Judiciário representam o Povo e têm como dever supremo defender a soberania brasileira diante das constantes tentativas de reduzi-la, não necessariamente pela força, mas pela pressão política e econômica, exercida por forças externas e por vezes com a cooperação interna.
- (5) As características do sistema internacional, onde exerce sua hegemonia o Império Americano, com o auxílio das Grandes Potências, Reino Unido e França, fazem com que a emergência de novas Potências, ainda que apenas regionais, seja dificultada.
- (6) Os Estados poderosos e à sua frente os Estados Unidos, procuram reduzir a soberania dos Estados, em especial daqueles de maior dimensão e potencial, como é o caso do

Brasil e, portanto, mais capazes de promover e defender seus interesses e se tornar, gradualmente, nações mais prósperas e Estados mais poderosos.

(7) Em determinados casos, usam de sanções, na realidade agressões, para forçar outros Estados a adotarem certas políticas, em afronta à sua soberania, e a seu direito de autodeterminação que o Império e aquelas Potências não toleram, apesar de ser um direito fundamental da Carta das Nações Unidas que aqueles mesmos Estados Unidos e todas as Grandes Potências subscreveram, mas que violam periodicamente sob os mais diversos pretextos.

(8) Os princípios organizacionais do Império Americano, que devem ser obedecidos pelas suas “Províncias”, isto é, os Estados nacionais são:

- ter economia capitalista, aberta ao capital estrangeiro;
- não discriminar entre empresas nacionais e estrangeiras;
- não exercer controle sobre os meios de comunicação;
- ter pluralidade de partidos e eleições periódicas;
- não celebrar acordos militares com Rússia e China;
- apoiar as iniciativas políticas dos Estados Unidos.

(9) Os objetivos estratégicos permanentes dos Estados Unidos para o Brasil são:

- evitar que o Brasil sozinho ou em aliança com outros Estados reduza a influência dos Estados Unidos na América do Sul;
- ampliar sua influência cultural/ideológica nos sistemas de comunicação;

- incorporar a economia brasileira à economia americana;
- desarmar o Brasil e transformar suas forças armadas em forças policiais;
- impedir a cooperação em especial militar com a Rússia e a China;
- impedir o desenvolvimento autônomo de indústrias de tecnologia avançada no Brasil;
- debilitar o Estado brasileiro;
- eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos dos Estados Unidos.

(10) No caso do Brasil, o Império e as Grandes Potências com a conivência de amplos setores das classes hegemônicas, da mídia e do Judiciário conseguiram eleger um Presidente que tem como objetivo declarado alinhar seu Governo com os objetivos dos Estados Unidos e para tal destruir os fundamentos da soberania brasileira que são:

- a União e os seus órgãos e instrumentos;
- a unidade nacional entre os Estados da Federação;
- o sistema político e a relação harmoniosa entre Executivo, Legislativo e Judiciário;
- a economia brasileira;
- a coesão popular e a tolerância política e religiosa.

(11) O Governo de Jair Bolsonaro, e em especial o Ministro Paulo Guedes, procura destruir instrumentos da União que são as empresas do Estado (e, portanto, do povo) e, em especial a Petrobrás, os bancos públicos, humilhar e desqualificar os funcionários públicos, reduzir e transferir competências da União para os Estados e municípios, desregulamentar e

reduzir a legislação de fiscalização das atividades econômicas, promover a auto-regulação pelas empresas.

- (12) Jair Bolsonaro antagoniza os Governadores dos Estados, em especial os Governadores do Nordeste, estimulando a desintegração territorial do Brasil e impedindo uma ação coordenada para promover o desenvolvimento e enfrentar crises como a Pandemia do Coronavírus.
- (13) Jair Bolsonaro ataca sistematicamente o sistema político, acusando o Legislativo, o judiciário e os políticos de “não o deixarem governar” e açulando sua militância digital contra o Congresso e o Judiciário.
- (14) Jair Bolsonaro se empenha em destruir a economia brasileira com políticas de contração econômica e que privilegiam os bancos e detentores de dívida pública, políticas que geram dezenas de milhões de desempregados e subempregados, destroem os serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura destroem as empresas por permitir taxas de juros escorchantes. Todas as medidas de Bolsonaro/Paulo Guedes, admiradores de Pinochet, são contra os trabalhadores e pró-empresas.
- (15) Jair Bolsonaro estimula a intolerância religiosa e política, acusando seus críticos de comunistas e açulando sua militância digital.
- (16) Jair Bolsonaro estimula e promove a violência, admira e defende a tortura e torturadores.
- (17) Jair Bolsonaro subordinou a política externa brasileira e todo o seu Governo aos interesses americanos.
- (18) Jair Bolsonaro atenta diariamente contra a soberania brasileira e por esta razão suprema não pode exercer o cargo de Presidente da República.

* **Samuel Pinheiro Guimarães** é um diplomata brasileiro. Bacharel em Ciências Jurídicas e mestre em economia

“

Vocês não se encerram na denúncia: arregaçam as mangas e continuam a trabalhar para suas famílias, seus bairros, para o bem comum. Essa atitude de vocês me ajuda, questiona e ensina muito

”

papa Francisco aos Movimentos Populares,
12 de abril de 2020.





SSBrasileira



ssb.org.br

APOIO:

